

Verbetes Conceituais

Partido político

Maria do Socorro Sousa Braga¹ 

¹ Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.

E-mail: msbraga@ufscar.br

DOI: 10.17666/ebcs.2026.001

PREÂMBULO

O partido político constitui a categoria analítica central para a compreensão da democracia representativa contemporânea, atuando como a principal engrenagem de mediação entre o Estado e a sociedade civil. Longe de emergir como um dado consensual ou estático da teoria política, o conceito carrega uma historicidade profundamente disputada, marcada pela transição de uma rejeição filosófica inicial à sua subsequente institucionalização jurídica e sociológica. Analiticamente, o partido não deve ser compreendido meramente como um veículo de agregação de preferências ou uma máquina eleitoral, mas como estrutura adaptativa cujas metamorfoses morfológicas refletem as transformações do poder estatal e dos regimes de comunicação pública. O problema central que mobiliza a literatura reside na aparente contradição de sua trajetória recente: ao mesmo tempo em que os partidos se encapsulam nas estruturas estatais e se desvinculam de suas bases tradicionais, sua relevância como arenas de coordenação das elites e de legitimação procedimental permanece incontornável. Este verbete reconstrói a genealogia conceitual do partido político, mapeia as principais clivagens teóricas que explicam suas transformações estruturais – dos modelos de massa e *catch-all* às teses de cartelização e digitalização –, examina sua recepção crítica na América Latina, especialmente no Brasil, e avalia as fronteiras analíticas de sua utilidade heurística face aos novos desafios da representação contemporânea.

SUMÁRIO

1. Origens intelectuais: da facção ao instrumento de desenvolvimento e escolha racional
2. Principais correntes teóricas e metamorfoses morfológicas
3. Usos contemporâneos e debates em aberto: a crise da representação
4. Configuração brasileira e latino-americana
5. Limites analíticos e alternativas conceituais
6. Referências bibliográficas

Aprovado em: 02/08/2026

Editor(a) responsável: Rogério Arantes



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

1. Origens intelectuais: da facção ao instrumento de desenvolvimento e escolha racional

A genealogia intelectual do conceito de partido político é indissociável de uma ruptura paradigmática na história do pensamento político: a transição da chave interpretativa da “facção” patológica para a do “partido” fisiológico e funcional. Na tradição da filosofia política clássica e moderna, o pluralismo interno e a organização de subgrupos no corpo político eram predominantemente interpretados sob o signo da desintegração, da corrupção moral e da ameaça direta à soberania estatal.

Para autores do contratualismo clássico, como Thomas Hobbes, as associações parciais no interior do Estado assemelhavam-se a “vermes nas entranhas de um homem natural”, forças centrífugas que fragmentavam a autoridade soberana e ameaçavam reconduzir a comunidade ao estado de natureza. Mesmo na formulação iluminista de Jean-Jacques Rousseau, o conceito de Vontade Geral pressupunha a ausência de mediações corporativas; para Rousseau, quando associações parciais se estabelecem à custa da grande associação, a vontade de cada uma dessas associações torna-se geral em relação aos seus membros, mas particular em relação ao Estado, obliterando a deliberação cidadã autônoma. Essa desconfiança filosófica estendeu-se ao debate constitucional norte-americano do final do século XVIII. No clássico “O Federalista nº 10”, James Madison teoriza sobre o perigo das facções, definidas como grupos de cidadãos unidos por um impulso comum de paixão ou de interesse, contrário aos direitos dos outros cidadãos ou aos interesses permanentes da comunidade. A solução madisoniana, contudo, não residia na eliminação de suas causas, o que demandaria a destruição da própria liberdade, mas no controle de seus efeitos por meio do desenho institucional de uma república ampliada e representativa.

A inversão analítica que permite a emergência do partido político como categoria conceitual legítima encontra seu marco inaugural no pensamento de Edmund Burke. Em “*Thoughts on the Cause of the Present Discontents*” (1770), ele opera uma distinção seminal entre facção e partido. A definição clássica de partido político estabelece que ele funciona como uma associação de cidadãos unidos para impulsionar o interesse nacional por meio de esforços conjuntos, sob a égide de uma doutrina comum (Burke, 1770). Ao vincular a existência do partido a princípios e ao interesse nacional – e não a interesses puramente egoístas, corporativos ou de clientela –, Burke dota a organização partidária de uma dignidade normativa inédita. O partido deixa de ser um vetor de instabilidade para se tornar um instrumento legítimo de governabilidade e de contenção do arbítrio monárquico, estabelecendo as bases do constitucionalismo liberal.

No entanto, a transição de mero clube de notáveis parlamentares para uma categoria sociológica densa consolidar-se-ia apenas na virada do século XIX para o XX, na Europa e nos Estados Unidos, impulsionada pela emergência da sociedade de massas e pela progressiva ampliação do sufrágio universal. Nesse cenário, Moisei Ostrogorski, em sua obra pioneira de 1902, “*Democracy and the Organization of Political Parties*”, lança o primeiro grande alerta sobre os riscos da institucionalização. Ao analisar os sistemas partidários americano e britânico

(o sistema de *caucus*), Ostrogorski (1902) argumenta que a emergência de máquinas partidárias permanentes e burocratizadas tendia a petrificar a opinião pública em vez de expressá-la, transformando os partidos em organizações mecânicas controladas por “maquinistas políticos” profissionais.

Quase simultaneamente, Robert Michels (1911/1982) radicaliza esse ceticismo na obra “Sociologia dos Partidos Políticos”. Ao analisar empiricamente o Partido Social-Democrata Alemão (SPD), considerado o modelo mais avançado de organização de massa de sua época, Michels formula a sua célebre “Lei de Ferro da Oligarquia”. Ao argumentar que “quem diz organização, diz oligarquia”, o autor demonstra que a necessidade técnica de diferenciação funcional e de centralização burocrática inevitavelmente cria uma clivagem intransponível entre a base militante e uma liderança profissionalizada estável. Os interesses desta última, focados na autoconservação organizacional e na manutenção de seus privilégios, progressivamente substituem os objetivos ideológicos e revolucionários originários do partido. A contribuição de Michels, portanto, redefine o problema analítico do partido, isto é, deixa de ser questionado apenas em relação à sua legitimidade perante o Estado – como no debate do século XVIII – e passa a ser escrutinado por suas patologias democráticas internas, consolidando o partido político como um objeto autônomo, complexo e central da ciência política.

Em contraposição ao pessimismo estrutural de Ostrogorski e Michels, Max Weber introduz uma distinção tipológica fundamental em “Economia e Sociedade”, categorizando a evolução histórica das organizações políticas em três estágios sucessivos: os partidos de patrocínio de cargos (típicos de estruturas patrimoniais), os de notoriedade (*Honoratiorenparteien*) e os democráticos de massa modernamente organizados. Weber (1922/1999) argumenta que os partidos modernos nasceram da necessidade de estruturar e engajar a população no cenário político impulsionado pela democratização e pelo voto universal. Sob o impacto da racionalização e da burocratização ocidentais, ele transmuta-se em uma empresa política gerida por profissionais da política – aqueles que vivem “da” e “para” a política –, estruturada em torno da conquista de votos e do controle do aparato administrativo do Estado.

Essa abordagem funcionalista e sistêmica ganha novos contornos em meados do século XX com as contribuições da ciência política comportamentalista norte-americana. V. O. Key Jr., em “*Politics, Parties, and Pressure Groups*” (1942), revoluciona o campo analítico ao decompor o partido em três dimensões operacionais: o partido no eleitorado (as conexões psicológicas e identitárias dos cidadãos), o partido como organização (as estruturas de comitês, burocracia e financiamento) e o partido no governo (a atuação coordenada de parlamentares e membros do Executivo). A partir de Key Jr., o partido deixa de ser uma caixa-preta monolítica e passa a ser compreendido como uma estrutura multidimensional interconectada.

Posteriormente, a vertente macro-histórica e comparada encontra seu ápice no trabalho de Joseph LaPalombara e Myron Weiner em “*Political Parties and Political Development*” (1966). Os autores propõem uma definição estrita de partido baseada em critérios de continuidade temporal, organização nacional e local capilarizada, desejo explícito de conquista do poder e busca por sustentação popular. LaPalombara e Weiner também inserem o partido no centro da teoria do desenvolvimento político, demonstrando que o surgimento dessas

organizações responde historicamente a crises de legitimidade, de integração nacional e de participação decorrentes da expansão do sufrágio.

Por fim, a consolidação contemporânea do estudo das origens partidárias ganha uma leitura endógena-utilitarista com a teoria da escolha racional, sintetizada por John Aldrich (1995) em *“Why Parties?”*. Afastando-se tanto do determinismo sociológico quanto do puro funcionalismo sistêmico, Aldrich argumenta que os partidos políticos não surgem por acidente histórico ou por evolução natural da sociedade, mas porque são instrumentos fundamentalmente úteis para políticos ambiciosos. Na visão de Aldrich, os partidos emergem como soluções racionais para resolver três grandes problemas de ação coletiva enfrentados pelas elites políticas: i) o problema da coordenação eleitoral estável; ii) a necessidade de mobilização duradoura de majorias legislativas para aprovação de políticas públicas; e iii) a regulação da própria competição interna por ambição de poder e carreiras institucionais. O partido, portanto, deixa de ser visto meramente como resposta às demandas da sociedade civil para ser conceituado como instituição criada por e para os atores políticos, destinada a estruturar o próprio mercado da competição democrática.

2. Principais correntes teóricas e metamorfoses morfológicas

A evolução teórica do conceito de partido político ao longo do século XX e no início do XXI não se deu por meio de um acúmulo linear de definições, mas por rupturas morfológicas que refletem as transformações na relação entre Estado e sociedade civil. Para mapear essas correntes, a literatura especializada organizou-se em torno de modelos ideais que vinculam a estrutura organizacional do partido à sua função sistêmica, sua dinâmica interna de poder e sua base de sustentação financeira e eleitoral.

2.1. A perspectiva clássico-sociológica, os partidos de massa e a dinâmica sistêmica

A primeira grande corrente interpretativa consolida-se em meados do século XX, tendo como referência incontornável a obra *“Os Partidos Políticos”*, de Maurice Duverger (1951). O autor estabelece uma distinção dicotômica fundamental entre os “partidos de quadros” (ou de notáveis) e os “partidos de massa”. Enquanto os primeiros eram estruturas semi-intermitentes, baseadas no prestígio individual de elites econômicas e intelectuais e voltadas estritamente para a coordenação parlamentar em regimes de sufrágio restrito, os partidos de massa emergem como subprodutos da extensão do direito de voto às classes trabalhadoras.

Analiticamente, o modelo do partido de massa, cuja expressão máxima foram os partidos social-democratas e comunistas europeus, se caracteriza por três pilares: a primazia do recrutamento de membros, a dependência do financiamento por meio de cotas de filiados e uma forte identidade ideológica de classe. Como aponta Duverger, o objetivo dessas organizações não era apenas vencer eleições, mas também educar politicamente a classe trabalhadora e enquadrá-la socialmente. Trata-se de uma estrutura piramidal e burocrática, com ramificações capilares no território (seções) e nos locais de trabalho (células).

Essa leitura sociológica é aprofundada pela tese do “congelamento das clivagens sociais”, formulada por Seymour Lipset e Stein Rokkan (1967). Os autores argumentam que os sistemas

partidários ocidentais se estruturaram a partir de grandes conflitos históricos, como as clivagens centro-periferia, Estado-Igreja, urbano-rural e capital-trabalho. O partido de massa, portanto, funcionava como tradutor institucionalizado dessas divisões sociológicas profundas, operando uma representação de tipo “identitária” e de longo prazo.

Essa abordagem morfológica-sociológica ganha contornos sistêmicos com a contribuição de Giovanni Sartori (1976/1982), que expande o debate ao demonstrar que a morfologia de um partido não pode ser compreendida isoladamente, mas em simbiose com as regras de competição do sistema partidário. Ao propor uma tipologia baseada no número de partidos relevantes e no nível de fragmentação ideológica, ele diferencia mecânicas de “pluralismo moderado”, quando os partidos tendem à convergência centrípeta, de mecânicas de “pluralismo polarizado”. Neste último, a existência de clivagens profundas e de partidos antissistema força as organizações a adotar lógicas de isolamento e radicalização identitária, alterando suas estratégias de sobrevivência e coesão interna.

2.2. A abordagem organizacional: burocracia, institucionalização e as novas formas de filiação

Em paralelo e em reação ao determinismo sociológico, consolida-se a corrente da teoria organizacional dos partidos, que passa a enxergá-los não apenas como reflexos de divisões sociais externas, mas também como organizações complexas dotadas de interesses próprios e focadas na autopreservação.

O marco fundador dessa perspectiva é a obra de Robert Michels (1911/1982), que, como visto acima, constata que mesmo as organizações formalmente mais democráticas e revolucionárias tendem inexoravelmente à oligarquização. A necessidade de coordenação gera uma burocracia técnica interna; os burocratas, detentores do monopólio do conhecimento e dos recursos organizacionais, desenvolvem interesses de carreira distintos dos da base, priorizando a sobrevivência e a moderação do partido em detrimento dos objetivos ideológicos originais.

Décadas mais tarde, em “Modelos de Partido”, Angelo Panebianco (1982/2005) sofisticava essa abordagem ao introduzir o conceito de institucionalização partidária, processo pelo qual a organização deixa de ser um mero instrumento para a persecução de fins externos e passa a ter valor em si mesma para os seus membros. Panebianco demonstra que o funcionamento partidário é ditado por um sistema de gestão de zonas de incerteza e pela distribuição de incentivos em que os coletivos (identitários e ideológicos), vitais na fase de gênese partidária, abrem progressivamente espaço para os incentivos seletivos (materiais, de *status* e de poder de carreira), fundamentais para garantir a lealdade da coalizão dominante em partidos altamente institucionalizados.

Nas últimas décadas, os estudos empíricos e comparados de Susan Scarrow e Paul Webb, notadamente por meio do “*Political Party Database Project*” (PPDB), atualizaram esta agenda organizacional em decorrência do declínio contemporâneo dos partidos de massa na Europa. Eles demonstraram que as burocracias partidárias reagiram à perda de filiados por meio de uma reconfiguração adaptativa da filiação. Em vez do modelo clássico, baseado em taxas de militância assídua, as legendas abriram suas estruturas para categorias mais fluidas de

participação, como “apoiadores registrados”, “membros digitais” e a introdução de primárias para escolhas de líderes e candidatos. Longe de representar uma democratização real, essa abertura enfraquece os corpos intermediários tradicionais e atomiza a base eleitoral, permitindo que a cúpula centralize os recursos financeiros e as decisões estratégicas, convertendo o partido em uma “casca vazia” altamente centralizada.

2.3. A tese da desideologização e a presidencialização: o partido *catch-all*

A estabilidade sociológica do modelo de massas começa a ser questionada na década de 1960. O cientista político germano-americano Otto Kirchheimer (1966) formula a tese da emergência do partido de “pega-tudo” (*catch-all party*). Kirchheimer capta o momento em que transformações estruturais do pós-guerra, como o advento do Estado de Bem-Estar Social, a abolição de barreiras de classe rígidas pelo consumo de massa e a emergência da televisão, erodem as identidades subculturais que alimentavam os partidos tradicionais.

Para sobreviver eleitoralmente em uma sociedade sociodemograficamente menos polarizada, o partido opera uma mutação morfológica radical, caracterizada pela redução da carga ideológica, pela desvalorização do filiado individual em prol do *marketing* político e pela abertura a grupos de interesse diversos, em busca do sucesso eleitoral a curto prazo. O partido deixa de ser um vetor de integração social para se transformar em uma agência de conciliação eleitoral.

Essa tendência foi aprofundada contemporaneamente por Thomas Poguntke e Paul Webb (2005) por meio da tese da “Presidencialização da Política”. Os autores argumentam que, independentemente de o regime constitucional ser parlamentarista ou presidencialista, o eixo do poder político migrou das estruturas burocráticas coletivas do partido para as mãos do líder do executivo (ou do candidato à liderança). Fortalecidos pela personalização dos meios de comunicação e pela autonomia dos recursos de governo, os líderes se tornam figuras amplamente independentes de suas legendas. O partido *catch-all*, neste cenário, sofre um processo de erosão interna, passando a funcionar como máquina logística de apoio e aclamação de lideranças carismáticas individualizadas.

2.4. A simbiose estatal e a constitucionalização: o partido cartel

Aprofundando a percepção da desvinculação social dos partidos, Richard Katz e Peter Mair (1995) formulam o modelo do “partido cartel”. Esta corrente argumenta que os partidos contemporâneos não apenas se distanciaram da sociedade civil, como no modelo *catch-all*, mas também encontraram nova base de sustentação nas próprias estruturas do Estado, utilizando financiamentos públicos e regulações restritivas para construir barreiras à entrada de novos competidores eleitorais.

Essa simbiose foi refinada empiricamente nas investigações de Ingrid Van Biezen (2004). A autora aprofunda o modelo de cartelização ao mapear o fenômeno da “estatização” e a progressiva constitucionalização dos partidos nas democracias contemporâneas. Van Biezen demonstra que, à medida que os partidos perderam suas amarras voluntárias com a sociedade civil, buscaram legitimidade e sobrevivência por meio de sua codificação jurídica. Essa transição legal justifica o controle estatal sobre suas finanças e funcionamento, mas,

simultaneamente, garante a perenidade das elites políticas no poder, completando a inversão funcional: o partido não mais representa a sociedade perante o Estado, mas gerencia e regula a sociedade em nome do Estado.

2.5. A desintermediação tecnológica: o partido digital

A mais recente metamorfose morfológica na literatura conceitual diz respeito ao surgimento do “partido digital”, também denominado partido-plataforma ou partido em rede, teorizado por Paolo Gerbaudo (2019). Emergindo no rastro das crises financeiras pós-2008 e da popularização das redes sociais e plataformas de deliberação digital, este modelo propõe uma reconfiguração radical da arquitetura partidária.

Se o partido cartel se caracterizava pelo encapsulamento burocrático e estatal, o digital adota a promessa da desintermediação e da democracia direta interna por meio de aplicativos de votação e fóruns virtuais. No plano analítico, o partido digital dialoga diretamente com a teoria organizacional clássica ao prometer subverter a “Lei de Ferro” de Michels, substituindo a burocracia intermediária (funcionários e delegados regionais) por plataformas algorítmicas de tomada de decisão.

Contudo, em vez de democratizar a estrutura, a literatura crítica aponta que o partido digital frequentemente radicaliza a concentração de poder. Na ausência de corpos burocráticos intermediários que filtrem e negociem as decisões, estabelece-se uma relação direta e plebiscitária entre um “líder hiperbóreo”, dotado de forte carisma digital, e uma massa de filiados atomizados conectados à rede. O partido transmuta-se em franquia midiática de participação intermitente, redefinindo as fronteiras entre o público, o privado e o virtual na representação política.

3. Usos contemporâneos e debates em aberto: a crise da representação

No debate da Ciência Política, o conceito de partido não é mais discutido sob a ótica de sua expansão ou consolidação, mas por meio do léxico da crise, do declínio e da metamorfose funcional. O principal desafio analítico reside em compreender uma aparente contradição apontada por Peter Mair (2013) em sua obra póstuma “*Ruling the Void*”: embora os partidos continuem a deter o monopólio quase absoluto do recrutamento de governantes e da gestão procedimental do Estado, perderam a capacidade de conferir sentido identitário e de canalizar o conflito social.

O “vazio” ao qual Mair se refere é o distanciamento simétrico entre uma cidadania crescentemente apática e desconfiada e as elites partidárias isoladas em sua própria reprodução burocrática. Essa erosão funcional gerou três grandes eixos de debate teórico em aberto: o colapso das identidades partidárias (*Dealignment*); a tese do antipartidarismo e a ascensão do populismo; e a governança tecnocrática *versus* a soberania popular.

O primeiro deles é o *colapso das identidades partidárias (Dealignment)*. A literatura internacional documenta uma queda global nos índices de filiação partidária e um aumento

acentuado da volatilidade eleitoral. O voto, outrora ancorado em clivagens de classe e religião, tornou-se volátil, individualizado e guiado por lógicas de curto prazo, como pelo desempenho econômico imediato ou por escândalos midiáticos.

O segundo é a *tese do antipartidarismo e a ascensão do populismo*. Autores como Jan-Werner Müller analisam como o esvaziamento programático dos partidos tradicionais, gerado pela cartelização e pela governança tecnocrática, abriu espaço para o avanço de lideranças populistas. O populismo contemporâneo reconstrói o mapa do conflito político não como disputa entre diferentes projetos partidários, mas como clivagem moral e intransponível entre o “povo puro” e a “elite corrupta”, na qual os partidos tradicionais são retratados como parasitas institucionais.

O terceiro eixo é o da *governança tecnocrática versus a soberania popular*. Há um tensionamento estrutural entre a necessidade de responder às pressões de mercados globais e de agências multilaterais, regidas por critérios puramente técnicos, e a demanda por responsividade perante as bases eleitorais domésticas. Ao priorizarem a “responsabilidade” macroeconômica em detrimento da “responsividade” democrática, os partidos tradicionais aprofundam a percepção pública de que as eleições perderam a capacidade de alterar o rumo efetivo das políticas públicas.

Em contraposição às perspectivas pessimistas sobre a crise da representação dos partidos, Herbert Kitschelt (2000) e Susan Scarrow (2015) investigam o cenário das últimas décadas para responder a duas perguntas cruciais: os partidos ainda diferem em ideologia? E se as pessoas não se filiam, como os partidos sobrevivem? Nessa obra, Kitschelt dialoga com o conceito de partido cartel, de Katz e Mair, e argumenta que, embora os partidos tenham se aproximado do Estado, as diferenciações programáticas e ideológicas entre eles persistem e continuam importando. Seu argumento central é que os políticos ainda precisam construir pacotes de propostas coerentes – sejam mais à esquerda/liberais ou à direita/conservadoras – para atrair coalizões de eleitores e doadores. Eles não viraram robôs idênticos; a competição política ainda é estruturada por clivagens ideológicas, o que garante que a representação política, mesmo em crise, ainda funcione por meio de escolhas programáticas. Já Scarrow ataca o principal sintoma da crise de representação: o esvaziamento dos partidos (a queda drástica no número de filiados). Sua principal contribuição foi demonstrar que os partidos são instituições altamente resilientes e capazes de se adaptar. Em vez de simplesmente morrerem, eles estão se transformando em redes fluidas, encontrando novas formas de conexão com a sociedade civil e engrenagens de financiamento.

4. Configuração brasileira e latino-americana

A transposição do conceito de partido político para a realidade da América Latina e, especificamente, do Brasil exigiu profundas reformulações teóricas para dar conta de sociedades marcadas pela modernização conservadora, pela herança do patrimonialismo e por recorrentes rupturas autoritárias. Na região, os partidos raramente emergiram de clivagens sociais orgânicas de longo prazo, como na Europa; pelo contrário, foram

frequentemente criados de cima para baixo pelo próprio Estado ou por elites oligárquicas regionais como instrumentos de controle e patronagem.

No contexto brasileiro, a literatura sociopolítica – desde os trabalhos clássicos de Maria do Carmo Campello de Souza (1983) e Bolívar Lamounier (1989, 1996) até as análises de Scott Mainwaring (1999) e Maria D'alva Gil Kinzo (1993) – destaca o caráter historicamente frágil e intermitente dos partidos. As frequentes intervenções autoritárias, como o Estado Novo e a Ditadura Militar de 1964, interromperam os processos de institucionalização organizacional. A redemocratização de 1985 e a Constituição Federal de 1988 inauguraram um cenário peculiar que desafiou as teorias eurocêntricas: o “presidencialismo de coalizão”, conceito seminal formulado por Sérgio Abranches (1988). Abranches diagnosticou que o Brasil estava desenhando um sistema único no mundo, que reunia a combinação de um Poder Executivo forte (presidencialismo) com um sistema proporcional de partidos altamente fragmentado e regionalizado.

Em contraposição ao diagnóstico de paralisia e fragilidade, a vertente neoinstitucionalista, inaugurada pelos trabalhos seminais de Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (1999) em “Executivo e Legislativo na Nova República”, operou uma revolução no entendimento dos partidos brasileiros. Voltando-se à análise do comportamento dos atores no plano governamental e legislativo, os autores demonstraram empiricamente que, no período analisado, as lideranças partidárias detiveram centralidade no processo decisório do Congresso Nacional. Longe de ser um sistema ingovernável, o funcionamento do “presidencialismo de coalizão” demonstrou que os partidos são agentes eficientes na coordenação política e na viabilização da governabilidade.

No que tange à relação com a sociedade civil, autores como Rachel Meneguello (1989) e Margaret Keck (1991), em seus estudos sobre a estruturação do Partido dos Trabalhadores (PT), evidenciaram que o sistema foi capaz de gerar, ao menos em determinados momentos históricos, partidos de massa com forte inserção orgânica, identidade militante e capacidade de traduzir demandas de movimentos sociais em políticas públicas reguladas. Em relação à estruturação do voto e à nacionalização dos partidos, Maria do Socorro Sousa Braga (2006) avança nesses debates ao diagnosticar que os partidos agem de forma estrategicamente coordenada nas disputas por diversos cargos. As cúpulas nacionais e estaduais combinam elementos conjunturais, como os “puxadores de voto”, e estruturais para organizar as listas geográficas, e a descentralização não significa caos, mas uma coordenação complexa. Na última década, David Samuels e César Zucco (2021) demonstram empiricamente que a política de massa no Brasil não é fragmentada ou caótica. Ela possui uma espinha dorsal muito clara: o Partido dos Trabalhadores (PT). Toda a dinâmica de alinhamento político do eleitorado, desde a redemocratização, se dividiria em relação a esse partido. Portanto, para esta corrente, os partidos brasileiros são atores fundamentais que controlam com sucesso o conflito político nas arenas institucionais.

Na América Latina, as trajetórias variam conforme legados autoritários, regras eleitorais e sistemas de financiamento. Experiências de partidos-movimento e de *outsiders* (andinos, Cone Sul, Brasil) ilustram a tensão entre mobilização digital e governabilidade. Partidos com enraizamento sindical ou comunitário coexistem com siglas personalistas de ciclo curto. Reformas eleitorais (segundo turno, cláusula de barreiras, financiamento) e judicialização

impactam formatos partidários, enquanto agendas de direitos, segurança e moralidade reorganizam coalizões. A região também exhibe interação intensa entre partidos e máquinas eleitorais, com variações federativas (Brasil, Argentina, México) e unitárias (Chile, Uruguai) quanto à disciplina e às carreiras.

Ainda no contexto latino-americano, o debate sobre a reorganização dos partidos é central. Em países como a Venezuela, Peru e Bolívia, o desmoronamento absoluto das legendas tradicionais na virada do século XXI abriu caminho para lideranças personalistas e para movimentos de base etnocultural ou sindicais. No Brasil, embora o sistema tenha demonstrado maior resiliência institucional por meio de uma polarização duradoura entre PT e PSDB (1994 - 2014), a crise de 2013 e a eleição de 2018 evidenciaram que o sistema partidário nacional também é vulnerável ao avanço do sentimento antipartidário e à captura por dinâmicas personalistas de extrema-direita, redefinindo as fronteiras da representação regional.

Em síntese, o conceito de partido na região precisa capturar: a) incentivos institucionais específicos (lista aberta, federalismo, presidencialismo); b) heterogeneidade organizacional; c) papel de igrejas, sindicatos, novos movimentos sociais e redes digitais; e d) efeito de reformas progressivas na redução da fragmentação e no fortalecimento programático.

5. Limites analíticos e alternativas conceituais

Apesar de sua centralidade histórica e persistência institucional, o conceito de partido político enfrenta severos limites heurísticos quando mobilizado para explicar certas dinâmicas da política contemporânea. O principal ponto de cegueira analítica do conceito reside em sua premissa institucionalista e formal de que o conflito político e a representação de interesses necessariamente se organizam por meio de estruturas associativas estáveis, com registro jurídico e voltadas à competição eleitoral.

Fenômenos políticos contemporâneos têm demonstrado que importantes vetores de transformação social e de contestação do poder estatal operam à margem ou em oposição à forma-partido. O conceito falha, por exemplo, em capturar a fluidez e a eficácia política dos movimentos sociais em rede e das manifestações descentralizadas, como os protestos globais da última década – das primaveras árabes aos movimentos de justiça climática. Essas expressões de ação coletiva recusam a hierarquia burocrática, não buscam o recrutamento de quadros parlamentares e organizam-se por meio de uma gramática de horizontalidade que a categoria “partido”, mesmo em sua vertente digital, é estruturalmente incapaz de enquadrar.

Diante dessas limitações, a ciência política tem recorrido a conceitos concorrentes ou complementares que oferecem maior rendimento analítico sob condições de esvaziamento partidário:

Movimento-rede (Network-Movement): conceito derivado da sociologia de Manuel Castells, preferível quando o objeto de análise são mobilizações fluidas, impulsionadas pela internet, que geram disrupção política e pautam a opinião pública sem a mediação de lideranças formais ou programas partidários fixos.

Grupos de pressão e think tanks: em contextos de forte cartelização e esvaziamento ideológico dos partidos, a formulação de políticas públicas e a disputa ideológica migram para

arenas para-partidárias. O conceito de *think tank* ou de coalizão de causa torna-se analiticamente superior para explicar como grupos de interesse moldam a legislação diretamente, esvaziando o papel do partido.

Plataformas de mobilização cidadã e mandatos coletivos: no nível micro da representação, formatos informais de engajamento e candidaturas cívicas coletivas desafiam o monopólio da legenda. O conceito de partido político é insuficiente para explicar essas novas formas de “representação reflexiva” ou “*advocacy* de nicho”, em que o veículo partidário é reduzido a mera exigência cartorial para o registro da candidatura.

Da mesma forma, quando o objeto de estudo é a governabilidade parlamentar em ambientes hiperfragmentados, como o brasileiro, o conceito de *Bancadas Temáticas* ou *Frentes Parlamentares* – como a bancada evangélica, da bala ou do agronegócio – se mostra frequentemente mais explicativo do comportamento legislativo do que a legenda partidária formal. As frentes transpartidárias operam com uma coesão interna que esvazia a autoridade dos líderes dos partidos. Portanto, o conceito de partido deve ser suplementado quando a arena de deliberação, identidade e poder se desloca da sigla partidária para redes informais de influência ou coalizões corporativas.

Assim, o conceito de partido permanece indispensável para o estudo da engenharia institucional do Estado e da governabilidade, mas deve ser preterido ou hibridizado com categorias da ação coletiva fluida sempre que o foco da pesquisa se deslocar para a vitalidade democrática, a inovação cívica e a formação de identidades políticas na sociedade civil na era digital.

6. Referências bibliográficas

Textos fundadores e origem intelectual

- Aldrich, John H. (1995). *Why parties? The origin and transformation of political parties in America*. University of Chicago Press.
- Burke, Edmund. (1770). *Thoughts on the cause of the present discontents*. J. Dodsley.
- Key, Valdimer Orlando Jr. (1942). *Politics, parties, and pressure groups*. Thomas Y. Crowell.
- LaPalombara, Joseph, & Weiner, Myron. (Eds.) (1966). *Political parties and political development*. Princeton University Press.
- Michels, Robert. (1982) *Sociologia dos partidos políticos* (Arthur Chaudon, Trans.). Editora Universidade de Brasília. (Obra original publicada em 1911).
- Ostrogorski, Moisei. (1902). *Democracy and the organization of political parties*. Macmillan.
- Weber, Max. (1999). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (Regis Barbosa & Karen E. Barbosa, Trans.). Editora Universidade de Brasília. (Obra original publicada em 1922).

Metamorfoses morfológicas e modelos teóricos

- Duverger, Maurice. (1951). *Os partidos políticos*. Zahar.
- Gerbaudo, Paolo. (2019). *The digital party: Political organisation and online democracy*. Pluto Press.
<https://doi.org/10.2307/j.ctv86dg2g>
- Katz, Richard S., & Mair, Peter. (1995). Changing models of party organization and party democracy: The emergence of the cartel party. *Party Politics*, 1(1), 5–28.
- Kirchheimer, Otto. (1966). The transformation of the western European party systems. In J. LaPalombara & M. Weiner (Eds.), *Political parties and political development* (pp. 177–200). Princeton University Press.

- Lipset, Seymour M., & Rokkan, Stein. (1967). Cleavage structures, party systems, and voter alignments: An introduction. In *Party systems and voter alignments: Cross-national perspectives* (pp. 1–64). Free Press.
- Panebianco, Angelo. (2005). *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos* (Denise Agostinetti, Trans.). Martins Fontes. (Obra original publicada em 1982).
- Poguntke, Thomas, & Webb, Paul. (2005). *The presidentialization of politics: A comparative study of modern democracies*. Oxford University Press.
- Sartori, Giovanni. (1982). *Partidos e sistemas partidários* (Waltensir Dutra, Trans.). Editora Universidade de Brasília; Zahar. (Obra original publicada em 1976).
- Van Biezen, Ingrid. (2004). Political parties as public utilities. *Party Politics*, 10(6), 701–722. <https://doi.org/10.1177/1354068804046914>

Usos contemporâneos e debates em aberto: a crise da representação

- Kitschelt, Herbert. (2000). Citizens, politicians, and party cartelization: Political representation and accountability in contemporary democracies. *European Journal of Political Research*, 37(2), 149–179. <https://doi.org/10.1111/1475-6765.00508>
- Lupu, Noam, Riedl, Rachel, & Zechmeister, Elizabeth. (2017). *Political parties and party systems in Latin America*. Cambridge University Press.
- Mair, Peter. (2013). *Ruling the void: The hollowing of western democracy*. Verso.
- Scarrow, Susan E. (2015). *Beyond party members: Changing modes of party finance and party organization*. Oxford University Press.

Partidos políticos no Brasil e na América Latina

- Abranches, Sérgio. (1988). Presidencialismo de coalizão: O dilema institucional brasileiro. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 31(1), 5–34.
- Alcántara Sáez, Manuel. (2004). *Partidos políticos en América Latina: Precisiones conceptuales y dimensiones de análisis*. Ediciones Universidad de Salamanca.
- Braga, Maria do Socorro Sousa. (2006). *O processo partidário-eleitoral brasileiro: Padrões de competição política (1982–2002)*. Humanitas; Fapesp.
- Figueiredo, Argelina, & Limongi, Fernando. (1999). *Executivo e legislativo na nova república*. Editora FGV.
- Freidenberg, Flavia. (2007). *La gobernanza interna de los partidos políticos en América Latina*. Instituto Interamericano de Derechos Humanos.
- Keck, Margaret E. (1991). *PT: A lógica da diferença: O partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira* (M. L. Montes, Trans.). Ática.
- Kinzo, Maria d'Alva Gil. (1993). *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. Konrad-Adenauer-Stiftung.
- Lamounier, Bolívar. (1989). *Partidos e utopias: O Brasil no limiar dos anos 90*. Edições Loyola.
- Lamounier, Bolívar. (1996). *A democracia brasileira no limiar do século XXI*. Konrad-Adenauer-Stiftung.
- Mainwaring, Scott. (1999). *Rethinking party systems in the third wave of democratization: The case of Brazil*. Stanford University Press.
- Meneguello, Rachel. (1989). *PT: A formação de um partido (1979–1982)*. Paz e Terra.
- Samuels, David J., & Zucco, Cesar. (2021). *O Partido dos Trabalhadores e o antipetismo no Brasil: As bases partidárias da política de massa*. Editora FGV.
- Souza, Maria do Carmo Campello de. (1983). *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. Alfa-Omega.

VER TAMBÉM:

Sistemas Partidários | Financiamento Público de Campanha | Presidencialismo de Coalizão | Representação Política | Populismo Contemporâneo | Movimentos Sociais e Democracia Digital

COMO CITAR ESTE VERBETE:

Braga, Maria do Socorro Sousa. (2026). Partido político. In *Enciclopédia Brasileira de Ciências Sociais (EBCS)*. ANPOCS. 10.17666/ebcs.2026.001